



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

25/06/2018

INDICE

1. CNJ	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1 - 3
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	5
4. FÓRUM DE SÃO LUÍS	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
5. JUÍZES	
5.1. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.....	7 - 8

Em reunião com Sarney e Roseana, vereadores de Bacabal selam apoio

Durante encontro em São Luís, parlamentares anunciam a decisão de antecipar eleição para a Mesa Diretora da Câmara e acordo pela reeleição do atual presidente, vereador Edvan Brandão

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Um grupo de nove vereadores esteve em São Luís, no fim de semana, em reunião com o ex-presidente José Sarney e a ex-governadora Roseana Sarney, ambos do MDB, para reafirmar o apoio ao presidente da Câmara de Bacabal, Edvan Brandão (MDB) - que deve assumir interinamente, nos próximos dias, a Prefeitura local.

O emedebista será alçado ao posto em virtude da cassação do prefeito José Vieira Lins (PP) e do seu vice, Florêncio Neto (PHS), pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocorrida na semana passada. A Corte determinou, ainda, a realização de nova eleição para prefeito. Até lá, o presidente da Câmara ficará no comando do município.

Como o mandato de Brandão termina já no fim deste ano, os vereadores que estiveram na capital - que são maioria no Legislativo municipal - anunciaram a decisão de também antecipar a eleição da Mesa Diretora. O objetivo é reeleger o atual presidente, para que ele fique interinamente na Prefeitura até a realização da nova eleição.

“Os nossos aliados em Bacabal vieram até São Luís informar o ex-presidente José Sarney e a ex-governadora Roseana de toda a situação na cidade, e exaltar a vitória que representa para o nosso grupo essa decisão do TSE, de cassar o Zé Vieira e determinar a nova eleição”, destacou, em entrevista a **O Estado**, o deputado federal João Marcelo.

Na semana passada, o deputado Roberto Costa já havia se manifestado sobre a decisão do TSE, ocasião em que fez duras críticas à gestão Vieira na cidade.



Divulgação

Ex-presidente José Sarney e ex-governadora Roseana receberam aliados de Bacabal em reunião na capital

MAIS

Presença de aliados

Participaram da reunião em São Luís, além de José Sarney e Roseana, o senador João Alberto, o deputado federal João Marcelo, o deputado estadual Roberto Costa e os vereadores Edvan Brandão, Melquíades, Serafim Reis, Natália Duda, Venâncio, Coronel Egídio, Rinaldo do Posto, Manoel da Concórdia e Joãozinho do Algodãozinho.

“A administração do Zé Vieira foi desastrosa. Só atendeu aos interesses da família dele, da mulher dele, Patrícia Vieira, da família Florêncio, que se beneficia dos recursos da prefeitura, e a população completamente esquecida”, denunciou.

Unanimidade

A decisão pela cassação do prefeito e realização de nova eleição foi to-

Parlamentares confirmam apoio a pré-candidatura

Ainda na reunião em São Luís, o grupo de vereadores de Bacabal confirmou que apoiará na cidade o projeto de eleição da ex-governadora Roseana Sarney.

Os parlamentares representam a maioria da bancada do Legislativo municipal, e disseram que pretendem dar à emedebista o maior número possível de votos.

“Temos aliados de forte repre-

sentatividade no município e esse apoio deve garantir vitória a nossa pré-candidata em Bacabal nas eleições deste ano. O grupo é unido e temos total confiança na liderança do presidente Edvan Brandão”, declarou João Marcelo.

Também durante o encontro, os vereadores debateram com a ex-governadora uma agenda de pré-campanha no município, que deve ser divulgada em breve.

mada por unanimidade pelo TSE, com base em voto do ministro Luiz Fux, relator da matéria, que negou provimento a um apelo de José Vieira e derrubou a liminar que o mantinha no cargo até hoje.

Vieira obteve 20.671 votos na eleição de 2016 - contra 18.330 do deputado Roberto Costa -, mas teve o registro de candidatura indeferido pela juíza Daniela Bonfim, então titular da 13ª Zona Eleitoral.

O líder político está com os direitos políticos suspensos porque foi condenado por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. A condenação, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ocorreu antes da eleição de 2016, e foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda em 2017, mas ele seguia no cargo por força de liminar, agora definitivamente derrubada. ●

ESTADO
MAIOR

Justiça suspende
estranha concorrência
do governo Flávio
Dino. POLÍTICA 3

ESTADO MAIOR

Concorrência necessária

O desembargador Marcelino Chaves Everton, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) barrou, na semana passada, uma tentativa, no mínimo, estranha do governo Flávio Dino (PCdoB) de realizar uma importante licitação com a participação de apenas um concorrente.

Estava pronto para ser finalizado o certame para a construção de um hospital de urgência e emergência, pelo Executivo estadual, em São Luís. A unidade foi batizada de Hospital da Ilha, pelos comunistas.

Curiosamente, o único concorrente seria um tal Consórcio Hospital da Ilha, codinome da dupla formada pela Construtora Amorim Coutinho - velha conhecida da gestão Dino e dos seus aliados em Caxias - e pela Solufarma do Brasil Engenharia.

Mas o desembargador do TJ não permitiu. Deferiu um mandado de segurança da Planova Planejamento e Construções S.A., e suspendeu a licitação.

Motivos não lhe faltavam mesmo: o tal Consórcio Hospital da Ilha havia sido inicialmente declarado inabilitado, mas entrou na marra, por decisão judicial, proferida pela desembargadora Cleonice Freire, em maio.

Com isso, seria o único licitante e, certamente, teria aprovada sua proposta de pouco mais de R\$ 132 milhões para a realização da obra. Por essa razão, Everton mandou suspender o processo. Quer que, antes de sua continuação, o mérito do mandado de segurança que garantiu a Amorim Coutinho na licitação seja analisado.

**Desembargador
mandou parar
licitação que só
contava com uma
empresa como
concorrente**

ESTADO MAIOR

Impeachment

Um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o jurista Miguel Reale Júnior ministra a palestra “Novos Rumos do Sistema Penal”, em São Luís, hoje.

O evento ocorre às 10 horas, no Fórum de São Luís (Calhau), no auditório Madalena Serejo, e terá transmissão ao vivo pela RadioWeb Justiça do Maranhão.

Também será recebida a professora-doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Judith Martins-Costa, que lançará a segunda edição do livro “A Boa Fé no Direito Privado: critérios para a sua aplicação”.

Políticos e juízes, entre o destino e a tragédia



JOSÉ EDUARDO
FARIA

Entre as consequências da velocidade do processo de destruição criadora, da financeirização dos capitais e da interconexão global dos mercados, destacam-se a erosão das certezas, a dificuldade de identificar as questões mais importantes e desorientação na formulação de respostas. Ao contrário das novas gerações, as mais antigas podiam ser menos informadas, mas sabiam operar com modelos capazes de sinalizar caminhos e antever cenários, mesmo que sombrios. As gerações atuais vivem um paradoxo: quanto mais informações recebem, mais ficam indecisas, revelando-se incapazes de fazer as indagações necessárias à compreensão do momento atual.

Uma dessas indagações é saber como proceder na interpretação de fatos, narrativas e teo-

rias. Outra diz respeito ao tema da legitimidade: na democracia, quem tem a autoridade para impor obrigações aos cidadãos? Como interpretar declarações de políticos que, perplexos com a atuação da Justiça, passaram a perguntar quem manda – se os juízes de primeiro grau ou o presidente da República. “No mundo persa ou grego, o destino era uma atribuição dos deuses. Quando Roma inventou a política, deu o destino – e a tragédia – nas mãos dos homens. As vezes tenho a impressão de que essas corporações querem substituir os deuses antigos”, afirma um desses políticos.

Num período em que a desorientação resulta do aumento das possibilidades de ação, o denominador dessas indagações se traduz pela incapacidade dos políticos de compreender a política a partir de seus componentes básicos – as relações de força, autoridade, mando e obediência. Outro denominador é a ideia de que os prognósticos com relação ao futuro são inversamente proporcio-

nais ao seu conhecimento. Quanto mais se fala do futuro, menos se sabe sobre ele. Um modo de compreender esse cenário de dubiedades é retomar um ponto da obra de Max Weber, para quem os processos civilizatórios podiam ser vistos como processos de racionalização, como os que forjaram o mundo moderno. Uma das características da modernidade está na crise de seus fundamentos nos planos do conhecimento, da moral e da política. A angústia despertada no homem moderno após a libertação dos laços feudais, dizia Weber, levou-o a uma busca obstinada por calculabilidade e previsibilidade, valorizando a impessoalidade nas relações de dominação e uma ordem jurídica elaborada racionalmente.

Foi esse o papel do Direito moderno: assegurar as expectativas dos cidadãos, oferecendo-lhes garantias contra a arbitrariedade do poder estatal, e criar instituições capazes de impor as regras do jogo, propiciando a conversão das paixões políticas em alternativas programáticas submetidas a escri-

tínio público. Foi isso que fez a segurança na vida social passar a depender da determinação do jurídico – de um sistema normativo com normas objetivas e fronteiras delimitadas em relação à moral. O problema é que as condições que forjaram o mundo moderno se alteraram, exigindo hoje uma reconfiguração da política, na qual o Estado coexiste ao lado de outras instituições tão fortes quanto ele. Isso foi evidenciado pela ineficácia dos modos convencionais de articulação social, pelo esvaziamento dos modelos social-democratas de transformação política, pelas crises econômicas e pela corrupção.

A consequência foi a descrença nos instrumentos e nas possibilidades da política. Foi no vácuo deixado pela redução da política tradicional a um balcão de negócios que surgiu o protagonismo judicial, ampliando a jurisdição da Justiça com base em sistemas normativos em que princípios se sobrepõem às regras, por serem mais adaptáveis a sociedades funcionalmente diferenciadas. Quanto mais complexa é a sociedade, menos ela consegue ser disciplinada por normas precisas. Por causa de seus conceitos vagos, de difícil determinação, os princípios propiciam uma interpretação extensiva

das leis, o que faz da adjudicação uma instância privilegiada na construção do Direito. Contudo, quando essa interpretação alargada é justificada só com base em argumentos morais, ela passa a ideia de que a política é suja – portanto, prescindível. Não por acaso, antes de ser preso um ex-presidente da República criticou os juízes que o condenaram afirmando que “quem se agarra a princípios não faz política”.

A perplexidade dos políticos, quando criticam princípios ou perguntam quem manda, decorre da incapacidade de perceber as mudanças no Direito e os riscos da desqualificação da política. Quando acusam os juízes de primeiro grau de exorbitar, esquecem-se de que é na primeira instância dos tribunais que se dá o primeiro choque entre o sistema jurídico e as condições reais da sociedade. Esquecem-se de que são esses juízes os primeiros a perceber o fosso entre os problemas sociais emergentes e as limitações das leis. Enquanto os juízes de primeiro grau enfrentam o desafio de ajustar sua função a uma sociedade em mudança, os políticos continuam identificando política com atividades congressuais e com a próxima eleição, desprezando questões como as relativas às funções do Estado. Inca-

Protagonismo judicial surgiu no vácuo deixado pela redução da política a um balcão de negócios

pazes de compreender que o Estado, conforme o momento histórico, pode ter funções distintas e adequadas a diferentes objetivos, ignoram que a democracia não é um regime de fórmulas fixas para resolver conflitos de interesse e que a política não pode ser exercida fora dos marcos legais – incluídos os do Código Penal.

Classificar os juízes como deuses pode render discursos e levar a projetos de lei que tipificam o crime de abuso de autoridade, para conter a Justiça. Mas não neutraliza o ativismo judicial ancorado em princípios morais. Não oferece alternativas a um modelo de Direito acusado de relativizar garantias de defesa em nome do combate à corrupção. E não resolve a crise das instituições, notadamente as que definem a organização do mercado e da democracia. Só as aprofunda.



PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA
NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FEMINICÍDIOS: *10,7 mil processos sem solução* VIDA

Feminicídio: 10,7 mil processos sem solução

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que, em 2017, o esforço de juízes em aplicar a lei em casos de assassinatos de mulheres gerou mais sentenças em relação ao ano anterior

Os tribunais de Justiça tinham 10.786 processos de feminicídio para decidir ao final de 2017. Desde a edição da Lei nº 13.104, em 2015, o assassinato de uma mulher em função do gênero tornou-se qualificadora do tipo penal homicídio, que se tornou hediondo, quando cometido nessas circunstâncias.

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também revela que, em 2017, o esforço de juízes em aplicar a lei em casos de assassinatos de mulheres gerou mais sentenças em relação ao ano anterior.

De acordo com o Mapa da Violência, de 2015, o número de mulheres vítimas de homicídio aumentou de 3.937 para 4.762 entre os anos de 2003 e 2013. Para fazer frente ao fenômeno social, os magistrados da

Justiça Estadual emitiram no ano passado 4.829 sentenças, 2.887 a mais que em 2016.

Mesmo assim, o volume de processos é maior que a capacidade da Justiça de julgar responsáveis pelos crimes. O ano de 2017 terminou com 10,7 mil processos de feminicídio sem solução da Justiça, de acordo com o estudo “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha – 2018”, elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), com base em informações prestadas pelos tribunais de Justiça.

Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres subiu 8,8%, descontado o crescimento vegetativo da população feminina brasileira. O perfil mais visado por essa violência é o da mulher negra (preta e parda), com idade entre 18 e 30 anos.

Esse crescimento veio acompanhado de um fluxo mais intenso de ações penais na Justiça.

Enquanto a responsabilização criminal dos assassinos produziu 1.287 novos processos em 2016, o número saltou para 2.643 casos novos no ano seguinte. Embora expressiva, a presença de feminicídios nos tribunais brasileiros ainda é subestimada.

Ao consultar os 27 tribunais de Justiça para elaborar o levantamento, o DPJ/CNJ notou que os tribunais tinham dificuldades técnicas para registrar corretamente ações de feminicídio nos seus sistemas estatísticos, principalmente devido ao fato de o tipo penal ser relativamente recente. Em alguns casos, o número baixíssimo de casos (especialmente em 2016) indica evidente subnotificação do fenômeno.

Cresce número de denúncias de estupros "corretivos" contra lésbicas

As denúncias de estupro "corretivo" contra lésbicas têm aumentado, segundo especialista ouvida na semana passada (20) no espaço "Tribuna das Mulheres" da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

Janaína Oliveira, da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, explicou que os casos de estupro como tentativa de corrigir mulheres lésbicas e bissexuais têm aumentado nas comunicações pelo telefone 180, que é um número para denúncias de violência contra a mulher.

Janaína reclama da falta de dados sobre esses casos, como o total de investigações realizadas e de punições aplicadas. Ela explicou que, de maneira geral, é difícil ter dados específicos sobre casos de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais e citou estudo de grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que identificou um aumento dos assassinatos de lésbicas entre 2000 e 2017, no Brasil.

De acordo com o estudo, foram apenas dois casos registrados no ano 2000 e entre 2014 e 2017, o total foi de 126. Os órgãos de Segurança Pública, segundo Janaína, registram redução da violência contra mulheres brancas; mas há aumento contra mulheres negras. Ela acredita que o mes-



foi o aumento do número de homicídios de mulheres entre 2003 e 2013

mo ocorra contra mulheres lésbicas e bissexuais.

Janaína relatou duas experiências pessoais da dificuldade da sociedade brasileira em aceitar os relacionamentos entre mulheres. "Eu tenho uma relação que vai fazer agora 17 anos e eu particularmente não ando com ela de mãos da-

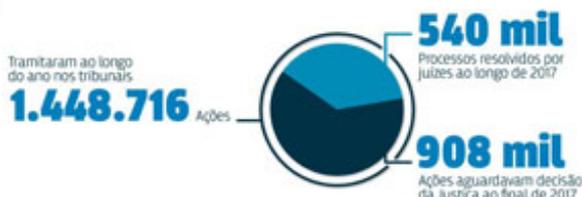
das, porque eu tenho medo de sofrer uma violência na rua. A gente ouve diariamente relatos de companheiras neste sentido", lamentou.

Ela também falou sobre preconceito no campo de saúde, que no tratamento ginecológico apenas lida a partir de uma relação heteronormativa. "Eu fiz o meu primeiro preventivo aos 30 anos, porque foram muito difíceis as primeiras consultas. Me perguntavam se e eu tinha um marido, se eu tinha filhos, se eu já fiz aborto. Toda uma linha que não trazia a minha realidade de relação", relatou. Presidente da comissão, a deputada Ana Perugini (PT-SP) disse que muitas vezes a violência é institucionalizada e parte de comentários de investigadores policiais e até de deputados.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Violência doméstica e familiar contra a mulher nos tribunais brasileiros em 2017



Tramitaram ao longo do ano nos tribunais

1.448.716 Ações

Fonte: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ)

Violência nacional

Os números do feminicídio na Justiça compõem um quadro mais amplo de violências diversas contra mulheres. Em 2017, tramitaram na Justiça Estadual 1.448.716 processos referentes à violência doméstica e familiar, o equivalente a, em média, 13,8 processos a cada mil brasileiras. Embora os magistrados tenham baixado (resolvido) 540 mil processos ao longo do ano passado, restaram 908 mil pendentes de decisão judicial ao final de dezembro de 2017. Entre as várias espécies de violência doméstica contra a mulher, a Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, inclui tanto as formas físicas da violência, como a doméstica, quando a agressão ocorre dentro de casa, por agressor que é parente, companheiro ou que divide a moradia com a vítima, quanto as psicológicas, como calúnia, difamação ou injúria contra a honra ou a reputação da mulher.

Violência na Copa da Rússia

Perugini recomendou ainda que a comissão acompanhe os desdobramentos das ações contra os torcedores brasileiros na Copa do Mundo na Rússia que aparecem em vídeos nos quais fazem mulheres russas repetirem frases com conteúdo sexual.



Mulheres vítimas de feminicídio



Fonte: Mapa da Violência 2015

Imigrantes nos Estados Unidos

A deputada também informou que vai pedir informações ao Itamaraty sobre as ações do governo americano contra imigrantes. Ana Perugini chamou de "tortura" a separação de crianças de seus pais e quer saber quantos brasileiros estão nesta situação.